

A PROVA NA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Henrique Ferraz Pereira¹

RESUMO

O presente trabalho resgata alguns artigos publicados na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, (RE/RS) com a intenção de pontuar a prova, com sentido de avaliação, e como era pensada pelos autores dos artigos desse importante veículo de construção da identidade do magistério gaúcho primário entre os anos de 1951 e 1978. A intenção foi fazer um recorte sobre os discursos publicados com intuito de buscar ilustrar como se articulavam, através dos artigos que tratam do tema “prova”, os propósitos da RE/RS de ser divulgadora da necessidade do moderno, científico e técnico a que se propunha, juntamente com o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Estado (CPOE/RS) para o magistério gaúcho. A análise preliminar do trabalho identifica uma forte articulação do controle das provas aplicadas pelo CPOE/RS e divulgadas pela RE/RS com a intenção de nortear orientações, normas e demais ideias divulgadas pela Revista, para profissionalizar os docentes gaúchos.

Palavras-chave: Provas. Revista do Ensino/RS. Matemática.

ABSTRACT

The present work rescues some articles published in the Journal of Teaching of Rio Grande do Sul (RE / RS) with the intention of punctuating the proof, with sense of evaluation, and as it was thought by the authors of the articles of this important vehicle of identity construction of the primary Gaucho teaching between the years of 1951 and 1978. The intention was to make a clipping about the published discourses in order to illustrate how the purposes of RE / RS were articulated through the articles that deal with the theme “proof” divulging the need of the modern, scientific and technical that he proposed, together with the Center for Educational Research and Guidance of the State (CPOE / RS) for the teaching of Gaucho. The preliminary analysis of the work identifies a strong articulation of the control of the tests applied by the CPOE / RS and divulged by the RE / RS with the intention to guide orientations, norms and other ideas published by the Journal, to professionalize the gauchos teachers.

Keywords: Proofs. Journal of Teaching/RS. Mathematics.

¹ Professor doutor e docente da Universidade Passo Fundo – RS – UPF. E-mail: lhpf@upf.br

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho busca ilustrar, com alguns artigos, as provas, no sentido de avaliação, e a forma das orientações sobre como proceder para a aplicação destas, bem como trazer exemplos de questões oferecidas aos professores primários através do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) por meio da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS). Tais elementos compuseram toda uma construção de discursos, na concepção de Foucault (2000), em que estes são compreendidos como uma prática que forma o próprio objeto de que se fala.

Assim, os referidos discursos – e neles, elementos sobre provas – foram propagados como norteadores da construção de sentidos para o ensino de matemática, no caso, bem como se tornaram agentes a influenciar a profissionalização do magistério primário gaúcho.

Nesse contexto, cabe, inicialmente, pontuar esses dois elementos, CPOE/RS e RE/RS, como marcos de importância na história da educação recente no Estado do Rio Grande do Sul, os quais, embora criados em momentos distintos, tiveram suas histórias mescladas e, como tal, serviram como elementos divulgadores de todo um ideário de modernidade, avanço educacional e fomentaram uma organização didático-pedagógica para assessorar o professor primário, num primeiro momento, em seu trabalho docente.

As proposições vindas desses dois referenciais trouxeram inúmeros discursos a exaltar ao magistério gaúcho a necessidade de mudança, de novas e modernas abordagens pedagógicas e também da inserção de procedimentos mais eficazes para a aprendizagem de diferentes conteúdos, entre eles a matemática. Também, no que tange a avaliação, tanto o CPOE/RS quanto a RE/RS pontuam elementos a serem considerados, principalmente na elaboração e aplicação de provas, para estimular um maior rendimento dos alunos através de uma busca de qualificação dos professores para sua docência.

Posteriormente, serão trazidos alguns recortes das proposições de questões de provas vindas do CPOE/RS, através da RE/RS, para o magistério gaúcho. Tais recortes foram colhidos em artigos e documentos que compõe o acervo dos referidos órgãos pesquisados, nos quais se buscou compreender como eles ilustravam a necessidade de controle, quantificação de resultados e instrumentos a nortear a organização do ensino primário no Estado do RS.

O CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL – CPOE/RS

Devido a uma reestruturação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, foi criado no ano de 1943, pelo Decreto de nº 794, de 14 de junho do mesmo ano, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS), vinculado desde então ao Departamento de Ensino Primário e Normal da mencionada Secretaria de Estado.

No referido Decreto, em seus artigos de nove a dezessete, tratam-se das funções e atribuições do novo órgão criado, sendo explicitado que sua função é “[...] a realização de estudos e investigações psicológicas, pedagógicas e sociais, destinadas a manter em bases científicas o trabalho escolar” (Decreto n. 794, art. 10, 1943). Da mesma forma, seguem quais são suas funções e organização, bem como à qual órgão da Secretaria de Educação estaria subordinado. Além desses elementos, no artigo 11, consta como uma de suas funções, item IIIc, “elaborar medidas para controle do rendimento escolar” (Decreto n., art. 11, 1943).

Com essa prerrogativa destacada, e somando-se o fato de o CPOE/RS ter, com o Decreto de nº 1394, de 25 de março de 1947, suas funções ampliadas, sendo agora sua incumbência oportunizar experiências que viessem aprimorar o ensino, discutir e propor métodos de ensino para diferentes disciplinas na escola primária. No caso deste trabalho, destaco que o referido órgão deveria fazer mensurações do rendimento dos alunos das escolas gaúchas, de forma objetiva e, frente aos resultados revelados, oferecer ações para intervir nessa realidade quando o rendimento escolar fosse considerado insatisfatório.

Para tanto, na intenção de operacionalizar suas funções, o CPOE/RS foi organizado em seções, com abrangências e funções delimitadas por uma organização interna. Uma dessas seções é a DE PROVAS. Sua abrangência era o primário e o normal e suas funções eram:

Organização de provas para aferição do rendimento da aprendizagem; análise estatística dos resultados; determinação do critério para constituição de classes nos grupos escolares; estudo analítico dos resultados para verificação das deficiências do ensino; verificação das causas da reprovação por classe; estudo do rendimento escolar; representação gráfica dos resultados das provas objetivas.

(Quadros, 2006, p. 136)

Assim, em conformidade com tais funções e na busca de criar, no Estado do Rio Grande do Sul, uma identidade para a educação pública primária, o CPOE/RS começa a exercer e promover uma série de ações com a intenção de produzir conhecimento sobre a infância e o desenvolvimento infantil. Também, passa a orientar e propor aos professores primários condutas e posturas para um melhor exercer de suas funções docentes, ao mesmo tempo em que propõe estudos de natureza biológica, psicológica e sociológica na intenção de mapear as diferentes faces que compõe o processo da educação escolar primária.

Frente a tais considerações, pode-se afirmar que:

Considerando as atribuições do CPOE, é possível dizer que tal Centro procurou organizar e controlar o processo escolar da sua fase inicial à fase final, já que previa, em primeiro lugar, as determinações em relação à organização das classes; em segundo lugar, a orientação do ensino (que supõe questões relacionadas ao quê e como ensinar) e, por fim, o controle do rendimento escolar (**com a implantação do sistema de provas objetivas para todas as escolas gaúchas estaduais**).

(Peres, 2000, p. 43, grifo próprio)

Ainda com referência às atribuições do CPOE/RS, no trabalho de Souza, 1964, o autor destaca com maior ênfase a questão envolvendo a avaliação através das referidas provas ao destacar:

I– apreciação do trabalho realizado nas escolas públicas primárias, na execução dos programas mínimos. **Medida utilizada: prova objetiva de aferição global de conhecimentos**; II – seleção inicial dos escolares para a diferenciação do trabalho nas classes do primeiro ano; III – medida de capacidade intelectual dos alunos, do segundo ao quinto ano, dos grupos escolares da capital; IV – estudos do vocabulário das crianças de 8, 10, 12 e 14 anos, matriculados nas escolas primárias da capital; V – **investigação no domínio da matemática**; VI – atividades de orientação em: círculos de estudos, cursos regulares e reuniões; visitas às escolas, missões culturais, ensaios pedagógicos, respostas a consultas, etc. VII – elaboração de programas mínimos para as escolas primárias, planos de trabalho, comunicados, circulares, etc. VIII – organização de uma biblioteca central no CPOE; do boletim mensal das realizações; assistência técnica às bibliotecas escolares dos professores e dos alunos.

(Souza, 1964, p. 278, grifo próprio)

No que diz respeito a essas provas objetivas, as mesmas eram aplicadas a todos os alunos de todas as escolas gaúchas estaduais. Eram chamadas, conforme Moreira (1955, p. 47), de Exames de Estado, sendo tais provas elaboradas pelo CPOE/RS e enviadas para as escolas, a fim de serem aplicadas. Após, retornavam ao órgão para correção e aferição dos resultados, sendo os mesmos tabulados. Os referidos Exames ficavam arquivados na

Secretaria de Educação do Estado e não retornavam para as escolas onde foram aplicadas, sendo somente informados os resultados e proposições de providências a serem tomadas caso o rendimento não fosse a contento.

A aplicação das mencionadas avaliações perdurou por algum tempo, sendo que Mello, 2014, afirma ter sido no ano de 1966 que cessou a elaboração de provas objetivas de mensuração do rendimento escolar para as escolas primárias do Estado. Salienta-se que no ano de 1971 deu-se a extinção do CPOE/RS.

As referidas provas, ou então Exames, continham questões de Linguagem, Ditado, Composição (que hoje chamaríamos de redação), Matemática e Estudos Sociais e Naturais.

As provas, por não serem devolvidas, não permitiam uma maior análise das resoluções dos alunos nas áreas avaliadas, porém, com a circulação da Revista do Ensino/RS (RE/RS), ela estampa em suas páginas a reprodução das referidas provas e com tal publicação é possível conhecer o nível e os elementos solicitados para os alunos.

A REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL – RE/RS

A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul foi uma publicação caracterizada como imprensa educacional e de ensino (ver Caspard apud Catani; Bastos, 1997) e circulou no RS em dois momentos: de 1939 a 1942, primeira fase, e de 1951 a 1978, sua segunda fase. Na última fase, seu principal objetivo era ser

um instrumento técnico-pedagógico de atualização permanente do magistério, elevando o nível qualitativo dos profissionais da educação, através da divulgação de experiências pedagógicas, da realidade da educação e do ensino [...].

(Bastos, 2005, p. 339)

Sua volta, nesse momento, é por iniciativa das professoras Maria de Lourdes Gastal, Gilda Garcia Bastos e Abigail Teixeira, e contava com apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, sendo que a partir do ano de 1956 passa a ser responsabilidade do CPOE/RS, tonando-se, então, uma publicação com natureza oficial do Centro para divulgação de seu ideário anteriormente comentado.

Em sua segunda fase de circulação, a RE/RS publicou 170 edições, tendo em média de oito a dez números por ano. Cada revista tinha, em média, oitenta páginas. Com

tais características, ela teve um grande número de tiragem (ver Pereira, 2010). Assim, a RE/RS rapidamente tornou-se referência para o magistério – primeiramente o gaúcho, e, posteriormente, o nacional – de inúmeras ideias ou orientações sobre o trabalho docente, como e para que ensinar diferentes conteúdos e disciplinas, sugestões de atividades, elaboração de materiais manipulativos, quadros murais e páginas de atividades, entre tantos outros assuntos abordados. Também em Pereira, 2010, o autor aponta a existência de 233 artigos que tratam de Matemática ao longo das suas edições.

Por outro lado, é uma constante na RE/RS a publicação de modelos de provas como sugestão aos leitores da Revista e, mesmo antes da mesma ficar sobre administração do CPOE/RS, ela publica na íntegra as provas aplicadas pelo Centro, anteriormente destacado serem essas chamadas de Exames de Estado.

Importante salientar que a RE/RS faz um discernimento para a publicação de avaliações feitas pelo CPOE/RS, ou outras, da seguinte forma: em artigos em que havia a referência a **Provas**, a Revista está fazendo menção às avaliações feitas em todo o Estado e em todas as escolas para todos os alunos, ou seja, os Exames de Estado; por outro lado, para a RE/RS, o termo **Exame** possui referência a questões referentes aos Exames de Admissão que ocorriam ao final do quarto ano primário e dava acesso ao quinto ano; já quando se refere a **Testes**, está tomando como referencial os muitos testes psicológicos aplicados pelo CPOE/RS, entre eles, em maior destaque, os Testes ABC de Lourenço Filho.

Os referenciais que permitiram um mapeamento dos artigos que tratam do tema estão em Encartes, publicados pela RE/RS, chamados de Índice Cumulativo². Esses, e foram localizados cinco deles, trazem o índice de todos os artigos publicados na Revista durante certo período. Na primeira parte, os artigos são localizados pelo nome do autor; posteriormente, na segunda parte, por uma disposição por assuntos, tais como Educação, Geografia, Geometria e outros.

Não se tem indicação, até o momento, se os referidos Índices ficaram restritos apenas a esses cinco exemplares ou se há outros ainda não localizados. Nesses que serviram como referencial para este trabalho, artigos que tratem de provas, exames e testes estão todos colocados com um título geral de Exames. Ao buscar tais indicações dos

² O primeiro destes Índices, identificado de Nº 1 – Nº 54 traz referências aos artigos publicados entre os anos de 1951 e 1958; O segundo, nomeado como Índice do Volume 8, Nº 55 – Nº 62, traz informações sobre os artigos publicados entre os anos de 1958 e 1959; Já no terceiro destes Índices, identificado como Índice do Volume 9, Nº 63 – Nº 70, é constituído pelos artigos publicados entre os anos de 1959 e 1960; O quarto destes encartes localizados é o Índice do Volume 10, Nº 71 – Nº 77, com referências aos artigos de 1960 e 1961; Por último, o quinto destes Índices localizados, Nº 78 – Nº 86, fazem referência aos artigos dos anos de 1961 e 1962.

artigos é que foi possível identificar haver uma distinção entre os tipos de avaliações, conforme anteriormente referendado.

No item seguinte, serão apresentadas algumas ideias que permeiam os referidos artigos selecionados que tratam sobre como o professor deveria proceder para a aplicação de provas e a mostra de questões de matemática que compuseram os Exames de Estado elaborados pelo CPOE/RS.

O QUE PROPÕE A RE/RS SOBRE PROVAS

Como não há, neste trabalho, espaço para uma discussão mais pormenorizada de todos os artigos da RE/RS que tratam sobre provas, foram selecionados alguns em função de suas especificidades ou por agruparem, em mais de um, características comuns. Importante lembrar ao leitor que, até o ano de 1956, a RE/RS possuía apoio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e, somente após esse ano, é que passa a ser incumbência de sua elaboração pelo CPOE/RS.

Essa observação é relevante quando se considera a existência de poucos artigos até o ano de 1956 tratando da temática de provas nas páginas da RE/RS.

Uma primeira referência são os artigos publicados na RE/RS de setembro de 1952, edição de número 9. Um dos artigos, de autoria de Suely Aveline, auxiliar técnica do CPOE/RS, com o título **Orientação Metodológica e sugestões para a organização de uma prova na fase preparatória da aprendizagem** (p. 13). Logo na sequência, nas páginas 58 a 60, as professoras Suely Santos e Terezinha Seroni, ambas professoras do Instituto Piratini de Porto Alegre, assinam o artigo intitulado **Prova de Verificação do Plano: Peri e Poti** (baseado em texto publicado na edição anterior que conta a história dos dois índios).

O primeiro texto apresenta-se com uma linguagem simples e propõe ao professor primário cuidado ao verificar o que o aluno que chega à escola já possui de conhecimentos, através de uma prova de verificação desse conhecimento. Orienta, mas não possui maiores exemplificações de como poderiam ser as questões. Já o segundo artigo supõe ser uma prova elaborada, tendo como referência os elementos presentes no texto sobre os índios Peri e Poti. Assim, faz questões de associação, ditado, composição e operações matemática tendo os personagens e seu universo como base para construção de algumas questões.

Outra referência possui o título: **Uma prova de revisão mensal** – Grupo Escolar Paulo Soares, P. A. – 3º ano (RE/RS, nº 31, junho 1955, p. 44 – 45).

Esses segundo e terceiro artigos não possuem nenhuma referência sobre qual sua função de merecer estarem sendo publicados, na íntegra, na RE/RS, bem como não especifica se a abreviatura P. A. significa Porto Alegre, bem como não orienta aos leitores da Revista como os mesmos podem ser adequados ou adaptados para as especificidades de outra turma qualquer.

Nesse terceiro artigo estão dispostas questões de Linguagem (1ª, 2ª e 3ª parte), Matemática (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parte) e Estudos Sociais e Naturais (1ª, 2ª, 3ª e 4ª parte). As questões de Matemática aparecem como título de Aritmética, mas a 1ª parte trata de questões de geometria elementar, envolvendo retas paralelas, concorrentes e ângulos agudos e retos.

A segunda parte já traz especificamente questões de aritmética tratando de pequenas questões de compra de mercadorias, valores pagos, troco e recebimento. Como exemplo, tem-se a questão nº 8 que diz: **“Lili comprou 2 latas de biscoitos a Cr\$ 12,50 cada uma. Lili pagou:.....”** (p. 44). Já a terceira parte traz seis proposições como título “Sublinha” e em cada item há uma lista de cinco números nos quais deve ser sublinhado um número simples, um número par, o mesmo que meia centena, um número divisível por 5, o mesmo que XLIV e, por último, um número divisível por 2.

A quarta e a quinta partes trazem questões de operações de multiplicação por dez, cem e mil (4ª parte) e operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com fatores compostos de dois a cinco dígitos (5ª parte).

Como escrito anteriormente, não há uma referência explícita da RE/RS sobre o porquê da opção de publicar esses modelos de prova em suas páginas, os referidos artigos ficam em aberto para interpretações variadas por parte do professor leitor da Revista.

Uma interpretação possível seria o fato de – levando em conta a influência que possuía a RE/RS junto aos seus leitores como instrumento para assessorar o professor em sala de aula em sua prática docente – a Revista imbuir-se de autoridade para que, tendo esses artigos como referência, sugerir de forma velada aos leitores que esse padrão de prova é **O** padrão correto de se aplicar uma avaliação, em que a matemática ganha notoriedade por ser em maior número de questões ao mesmo tempo em que estimula a percepção da necessidade de diversificar sua abordagem.

Tal reflexão estimula perceber uma relação de poder, respaldado em Foucault e suas considerações sobre o tema. Para ele, o poder sobre indivíduos possui uma tecnologia própria de controle, sendo exercido não apenas por meio dos poderes constituídos ou do Estado, mas dos modos mais diversos, numa multiplicidade de sentidos, em níveis distintos e variados, muitas vezes sem que isso seja percebido pelas pessoas. Também salienta que o exercício do poder não se dá de forma não repressiva, o qual o autor chama de disciplina ou poder disciplinar, o que em suas palavras “[...] implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber” (Foucault, 1990, p. XVIII).

Nessa linha de pensamento, destaco também o artigo: **Condições técnicas para o emprego dos testes**, publicado na RE/RS de número 46, de agosto de 1957, de autoria de José Cavalcanti Cajueiro, professor de Metodologia do Instituto de Educação de Maceió, Alagoas. Nele, o autor trata de uma série de procedimentos necessários de serem observados com a intenção de bem conduzir a aplicação de testes para crianças. No artigo, é feita referência a testes como sinônimo de provas orais ou escritas sobre conteúdos específicos e também dos testes psicológicos, muito em destaque no período.

Há por parte do autor uma preocupação em mapear procedimentos a serem observados pelo professor para ter êxito com seus alunos quando da aplicação de provas, sendo muitas das recomendações de natureza da disposição dos alunos na sala de aula, preparação do espaço para aplicação de provas ou testes, postura a ser adotada pelo examinador e outras considerações dessa natureza. Sintetiza suas ideias ao buscar em Claparède o que chama de condições essenciais para a aplicação de avaliações. São elas:

- 1 – Captar a confiança e o interesse da criança; 2 – Evitar todo o comentário diante dela; 3 – Acolher os erros com o mesmo sorriso aprovador com que acolhe as respostas acertadas; 4 – Evitar a presença de terceiros, que sejam estranhos, quer sejam parentes da criança; 5 – Não se esquecer que os pequenos se cansam rapidamente e que é melhor suspender a prova para recomeçar em outra oportunidade; 6 – Não se examina uma criança enquanto seus camaradas estão no recreio, em diversões, etc.; 7 – Nos testes coletivos ter o cuidado de impedir que as crianças se influenciem reciprocamente; 8 – Para os exames individuais, reservar uma sala especial para as provas; 9 – Toda escola deve ter um pequeno laboratório com os principais testes e o material necessário.

(Cajueiro, RE/RS n. 46, agosto de 1957, p. 28)

Posteriormente, segue seu artigo com alguns detalhamentos desses itens destacados e proposições de como o professor pode alcançar essas orientações para aplicar

suas provas. Perpassa pelo texto uma ideia de que, se toda a liturgia proposta for seguida pelo examinador das provas, o aluno terá, com certeza, um grande ganho em seu rendimento.

Não há nenhuma menção mais explícita sobre possíveis dificuldades de natureza da falta de domínio cognitivo do aluno frente às questões que lhe forem solicitadas, sendo inclusive proposto – baseado, conforme o autor, em “experiências realizadas por várias autoridades no assunto” (p. 29) – um mapeamento sobre o qual deve ser a duração de uma prova em função da idade da criança a ela submetida.

Tal artigo vem reforçar o que já preconizam os trabalhos de Peres, 2000; Quadros, 2006; Quadros e Stephanou, 2011 que ressaltam a preocupação do CPOE/RS – que neste momento já é responsável pela RE/RS – de propor aos professores primários gaúchos elementos “científicos” para sua qualificação, bem como oportunizar uma visão da necessidade de fundamentos teóricos e bases filosóficas consistentes para nortear a prática docente. Mesmo o ato de aplicar uma prova reveste-se de toda uma dinâmica a simbolizar essas percepções de uma busca pela profissionalização dos docentes de forma a qualificar os muitos aspectos de sua prática.

Por outro lado, também, a RE/RS estampou em suas páginas a reprodução de provas tendo como exemplo os títulos: **Questões para o 1º ano primário, de diferentes tipos e graus de dificuldades; Questões de diferentes tipos e graus de dificuldades para o 2º ano primário;** outros títulos são semelhantes a esses, trocando apenas a série, ou seja, 3º ano, 4º ano e 5º ano.

Na maioria das reproduções das questões, há um subtítulo com o nome do CPOE/RS e na linha de baixo a frase: “**Colaboração à Revista do Ensino**”. Com tais elementos, é possível intuir que se tratam de questões elaboradas pelo Centro e reproduzidas com autorização dele para a RE/RS. Como não se tem notícia de ter havido outras avaliações de conteúdos diversos produzidos pelo CPOE/RS, acredito que as mesmas tratam-se dos Exames de Estado e foram publicadas para acesso aos leitores da Revista. Infelizmente, não há nenhuma referência sobre os motivos de tal reprodução e sugestões de como o professor primário poderia utilizá-las.

Colabora para essa conclusão, o fato de que um grupo de alunas do curso de Matemática da Universidade de Passo Fundo/RS, na disciplina de História da Matemática, teve como atividade a busca de fontes para análise. Um grupo conseguiu, em uma escola de seu município de origem, provas que, por algum motivo, ficaram arquivadas, sendo

essas as que eram aplicadas pelo CPOE/RS. Essas provas trazidas para a aula eram muito semelhantes, na organização e distribuição das questões, àquelas que foram publicadas na RE/RS.

Nas questões publicadas na Revista, junto a cada questão, está colocado um valor em percentual. Não há nenhuma informação sobre o motivo desses valores. Quadros (2006), ao tratar em seu trabalho sobre as funções do CPOE/RS comenta que as provas aplicadas pelo Centro apresentavam um valor numérico em porcentagem junto a cada questão, mas também não encontrou uma justificativa escrita para tal fato. Compreendo que tais valores referem-se ao percentual de acerto das questões, pois, como dito anteriormente, além da aplicação das referidas provas, era incumbência do Centro fazer o tabelamento dos resultados e colocá-los em tabelas e avaliação.

Contribui para essa conclusão o fato de o CPOE/RS ter publicado em seu Boletim, de 1954–1955, o Ofício-Circular nº 483, tratando do rendimento escolar dos alunos em Matemática, alertando ser essa a disciplina que mais reprova. As provas aplicadas pelo Centro, provavelmente, ao mensurarem o rendimento dos alunos, já previa, em função dos percentuais de acertos nas questões, uma maior dificuldade dos alunos com a Matemática. Explicita também o Comunicado, preocupação com tal fato e vem propor medidas para sanar esse problema.

Assim, considero as questões de provas reproduzidas na RE/RS serem as mesmas aplicadas pelo CPOE/RS nas escolas primárias gaúchas e indicarem, em cada questão, a percentagem de acerto dos alunos em cada uma.

No que tange às questões, as mesmas variam em números e formas, ou seja, há questões para efetuar as quatro operações básicas, cálculos de áreas de figuras planas, cálculos com valores em dinheiro, sendo muitas para resolver ou completar com a resposta correta.

Na RE/RS de nº 19, de novembro de 1953, as questões propostas são para o 1º ano primário, sendo a questão com menor porcentagem de erro a que apresenta um desenho de uma caixa com seis ovos desenhados e pergunta: “**Jose tirou 3 ovos desta caixa. Escreve na linha de pontos, quantos ovos ficaram.**” Registra 90,77% de acerto. A questão com maior índice de erro é um pequeno problema que diz: “**À hora da merenda, Júlia vendeu 6 litros de leite aos alunos do 1º ano e, aos alunos do 2º ano, vendeu o dobro. Escreve, na linha de pontos, quantos litros de leite a menina vendeu ao todo.**” Apenas 6,49% dos alunos acertaram a questão.

Na Revista de número 23, publicada em junho de 1954, é reproduzida uma prova para o 2º ano primário. Apresenta vinte questões e, muitas, subdividas em dois ou mais itens para resolução. Uma questão que diz: **“Escreve, nas linhas pontuadas, os números que estão faltando nesta série: 900, 800,,, 500, 400”** Teve apenas 5,41% de acerto. Já a questão com maior índice de acertos, 97,54%, trata da adição dos números 30, 12, 27 e 30.

Também no mesmo ano de 1954, na RE/RS do mês de outubro, número 26, as questões apresentadas são novamente para o 1º ao primário. A parte de Matemática apresenta sete questões. Uma delas diz: **“Escreve um número divisível por 3”**, é a que possui maior índice de acertos, 83,15%. Já a questão com menor acerto, apenas 11,47%, solicita ao aluno que escreva quantos decímetros quadrados equivale a um metro quadrado.

Também no mesmo ano, na edição da Revista de número 27, do mês de novembro, a prova reproduzida é para alunos do 5º ano primário. São dezoito questões de Matemática. A questão de geometria solicita: **“Uma caixa cúbica tem 512 dm² de volume. Ela poderá conter caixinhas de 8 cm de aresta”**, e teve um percentual de 1,69% de acerto. O mais baixo índice da prova. Já a questão que propõe a multiplicação de cinco sétimos por seis oitavos alcançou 82,32% de acertos.

Após essas exemplificações, faz-se necessário destacar que, nas provas reproduzidas nas páginas da RE/RS e algumas delas trazidas a este trabalho, dentro de todas as questões propostas aos alunos nos Exames de Estado, elaboradas pelo CPOE/RS, são as de matemática que portam uma ou mais questões com o menor índice de acertos. Entre as questões de Matemática, as que possuem maior número de acertos por parte dos alunos, em sua maioria, são muito próximas ou ligeiramente superiores às questões das outras áreas presentes no Exame, em termos de percentual de acerto.

Essa observação me faz intuir que a dificuldade com o ensino do conteúdo de matemática foi uma constante para o professor primário, e frente às especificações de o quê e como ensinar, preconizado pelo CPOE/RS em outros artigos, circulares e boletins, vinham ao encontro da percepção de que os alunos não estavam lucrando êxito nas avaliações propostas pelo mesmo Centro.

Também é importante frisar que, após o ano de 1956, quando o CPOE/RS assume a responsabilidade pela RE/RS, diminuem consideravelmente artigos que tratam de provas, exames ou avaliações nas páginas da Revista. As poucas ideias que tangenciam a questão da prova como avaliação estão diluídas em outros artigos que tratam da aritmética, da

geometria ou da matemática como um todo (PEREIRA, 2010). Talvez seja um indicativo da percepção do Centro da necessidade de fortalecer o professor primário com mais elementos teóricos e de natureza “científica”, do que se restringir a propor sugestões de procedimentos para aplicação de provas ou reprodução de questões aplicadas nos Exames de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo escolar em que está imerso o professor, são práticas cotidianas a realização de planos de aula, organização didática do conteúdo a ser ministrado, relatórios de desempenho dos alunos, participação em reuniões e oportunizar momentos de avaliação, em que, como bem exemplifica o nome, é colocado à prova o que eles aprenderam de suas aulas.

Assim, de forma geral, quando se fala em avaliação, principalmente na escola, por mais que existam outros instrumentos avaliativos, a aplicação de provas se embute de uma prática quase como obrigatória para medir a aprendizagem. Tal prática não é recente e sempre fez parte da constituição das normas institucionais da educação como um todo e, em Matemática encontra abrigo pelas suas características peculiares de abstração, precisão, logicidade e organização do pensamento. Assim, ao se pensar em Prova e Matemática parece ser uma associação natural e coerente.

Se nos atuais momentos vivenciados pela educação, e especificamente no que tange à aprendizagem da Matemática, principalmente no corpo teórico da Educação Matemática, pensar sua avaliação ganha outros fôlegos que, aos poucos, arejam a possibilidade de ser somente por provas que se possa compreender o quanto nossos alunos se apropriaram de seus fundamentos nos diferentes níveis de ensino, em outros momentos a prova era a única opção de avaliação.

Quando se tem essa perspectiva em mente, olhar o passado – e como, historicamente, a avaliação, através de provas, apresentou-se para professores e alunos – é poder imergir em um território e pontuar reflexões para nortear práticas do presente. Buscar em artigos da RE/RS essas referências, frente ao papel único que assumiu essa publicação na história recente da educação, estimula algumas considerações.

Uma delas é ter a percepção de quando o fator “prova” se embute de um significado simbólico e outro institucional. Entendo o simbólico imaginando o quanto a aplicação das provas elaboradas pelo CPOE/RS a todos os alunos primários do RS ganhou uma área de respeito, cientificidade, poder, detenção de conhecimento e saber para o Centro como catalisador do que realmente deveria ser ensinado e avaliado. Balizava intervenções junto aos professores primários, se o rendimento não fosse bom. Poderia destacar alunos, professores ou escolas, se os resultados fossem positivos. Saber exatamente como esse simbólico operacionalizou-se no período de aplicação dos Exames de Estado seria merecedor de outros estudos.

No fator valor institucional, as provas e as orientações de como proceder quando de sua aplicação, objeto do recorte dos artigos da RE/RS neste trabalho, evidenciam o quanto era centralizador e metódico o trabalho do CPOE/RS na mensuração dos resultados, constituição dos conteúdos mínimos a serem ensinados e a padronização de como a compreensão teórica do saber matemática deveria ser abordada nas provas, imprimindo uma uniformização compreendida como única para todos os alunos e as escolas.

É possível intuir que alunos submetidos aos Exames de Estado e organizados, pelos examinadores, de toda uma logística de espaço e das condições materiais para fazerem provas, como apregoam alguns artigos anteriormente analisados, poderiam ter tido um desempenho insatisfatório, mas, talvez, se submetidos ao mesmo objeto matemático de avaliação sobre outras condições e disposição, poderiam ter logrado maior êxito.

Tais premissas, embora fiquem muito na esfera das suposições, norteiam, no presente, a minha compreensão de que avaliar requer um controle sobre os resultados atingidos pelos alunos e, caso critérios de mensuração – como foram usados pelo CPOE/RS – fossem hoje adotados, teriam maior impacto educacional, se nortegassem discernimentos para abordar os conteúdos, estimulassem estratégias para melhor ensinar e, principalmente, compreender que avaliar, através de provas, é sempre um processo dialético e complexo aos seus envolvidos.

REFERÊNCIAS

Bastos, M. H. C. (2005). *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1929 – 1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva.

Foucault, M. (1980). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (2000). *A arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Catani, D. B.; Bastos, M. H. C. (Org.). (1997). Educação em Revista. *A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras.

Decreto n. 794. (1943). *Funções e atribuições do CPOE/RS*. 17 de junho de 1943.

Mello, M. T. B. (2014). *A gestão dos testes de desenvolvimento no centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/271-0.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2018.

Moreira, J. R. (1955). *A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CILEME.

Pereira, L. H. F. (2010). *Os discursos sobre Matemática publicados na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951 – 1978)*. 2010.315f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Peres, E. T. (2000). *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola como oficina da vida discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 493f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

Quadros, C. (2006). *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação educacionais do Rio Grande do Sul*. 2006. 429f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Souza, J. P. C. (1964). *A Educação no Rio Grande do Sul*. In: Rio Grande do Sul: Terra e Povo. 1.ed. Porto Alegre: Globo S. A.

PERIÓDICO

Revista do Ensino. Porto Alegre, 1951 – 1978 (170 edições).